

ARTIGO

13 ANOS DA LEI
MARIA DA PENHA



Registrar anualmente o aniversário da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 é um ato de bravura, de coragem, de luta e de manutenção do desejo pela diminuição dos altos índices de violência contra as mulheres. É preciso falar diariamente sobre o assunto para dentro do possível e de nossas forças demarcarmos a cultura da paz em detrimento da cultura da violência. Falar de violência contra as mulheres é falar da violência contra toda a família e ao mesmo tempo contra toda a sociedade. Em pleno século XXI diante de tantos avanços na história da humanidade, este tipo de situação precisa ainda ser enfrentado energicamente. O mundo avançou nas ciências, na tecnologia, nas invenções e em diversas outras áreas, porém quando se trata de relações humanas parece que paramos em algum lugar no tempo, pois o que se vê quando o tema é respeito mútuo, temos muito o que melhorar ainda. A violência contra as mulheres não atinge somente mulheres e não se trata como sempre gosto de lembrar de exaltar um tipo de violência ou o gênero feminino menosprezando o gênero masculino, ou até mesmo parecer que violência é só contra as mulheres, a violência é contra pessoas, mas sobre as mulheres os índices são sempre maiores, e isso é inegável, segundo diversas estatísticas e pesquisas, de fácil acesso em sites de artigos científicos e outros lugares. Nunca será o caso de supervalorizar as mulheres parecendo que elas “pobrezinhas” sofrem mais do que os homens, uma vez que os homens também sofrem violência e uma série de outras justificativas que ainda aparecem quando se discute violência contra as mulheres. Ao pensar ou agir assim, estamos no mínimo colocando “panos quentes” no assunto ou ainda “tapando o sol com a peneira”. Existe um problema que atinge todo o Brasil – Violência contra as mulheres, e todos os órgãos competentes e toda a sociedade precisa melhorar os aparatos necessários para evitar este problema, este é o fato. Dizer que violência contra as mulheres não existe é uma frase que me preocupa muito, pois a pessoa que pensa assim está provavelmente fora da realidade social de nosso país. A Lei Maria da Penha não veio para “salvar a humanidade”, mas desde sua sanção já ajudou muito. Precisamos talvez de novas “Leis Marias da Penha” para atingirmos outras frentes que persistem em promover a violência, especialmente no que tange à reflexão permanente sobre diversos paradigmas que ainda existem entre nós, entre eles o machismo.

Prof. Me. Sebastian Ramos
professorsebastian@hotmail.com

Dr. Ricardo

Pré-candidatos

Uma das apostas de Dr. João é o também médico Ricardo Torres. “É um médico que tem uma clínica de cardiologia, jovem. É um cara muito bom. Tudo o que ele põe a mão dá certo (...). Se hoje fosse a eleição, votaria nele”.

No entanto, ele afirma que vários pré-candidatos já começam a aparecer no município. “Lá tem o candidato do atual prefeito, que é o Wesley Torres, da Samae. Tem o filho do Saturnino Masson, o Vander Masson”, destacou.

 CURTAS

DA REDAÇÃO
COM EQUIPE

Exposerra terá fiscalização a menores de idade

A juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude, Leilamar Aparecida Rodrigues, concedeu coletiva à imprensa na última sexta-feira, 9, em Tangará da Serra. O assunto em pauta foi a participação de menores de idade na Exposerra, bem como em outras festas realizadas no município. Segundo ela, uma reunião com os organizadores foi feita, na qual, diversas questões foram abordadas. A principal, a portaria da infância e juventude, de 2017. Pais, mães, tios e avós devem acompanhar os menores de 18 anos, desde que munidos dos documentos. O guardião da criança ou adolescente, deve levar o termo de guarda. Se o responsável for um terceiro que não seja da família, é preciso uma declaração assinada pelos pais do menor, com reconhecimento de firma. Adolescentes de 14 a 18 anos podem permanecer na festa sem o acompanhamento de um maior, apenas até a meia-noite. “O que nós não poderemos deixar são crianças e adolescentes sem a documentação ou sem o acompanhamento de um responsável”, ressaltou.



Campo Novo

Calçadas

TAC

O Ministério Público de Mato Grosso, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Campo Novo do Parecis (a 396km de Cuiabá), popôs uma ação civil pública em defesa da ordem urbanística e das pessoas com deficiência.

O Município foi condenado a construir, adequar e manter as calçadas visando proporcionar acessibilidade ampla e irrestrita para todos, inclusive idosos, gestantes e pessoas com deficiência, respeitando normas de acessibilidade.

Em maio deste ano foi pactuado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município, visando a construção e adequação de calçadas em toda a extensão dos terrenos públicos, com uso de material antiderrapante.

BASTIDORES

DAPOLÍTICA

“Preso em 3 meses”

Perfil

Burocracia

Cotado para concorrer à prefeitura de Tangará da Serra, o deputado estadual Dr. João (MDB) afirma que não faz parte dos seus planos um cargo no Executivo. “Eu seria preso em 3 meses”, enfatiza o parlamentar.

Dr. João afirmou ao explicar que não conseguiria lidar com a burocracia para a decisão. “Na vida tem que ter perfil e eu não tenho perfil para ser Executivo”, disse o deputado estadual eleito em 2016 com 29 mil votos.

“Sou um cara muito prático, objetivo. Aí tem uma pessoa morrendo, mas não pode fazer porque nada porque tem que fazer licitação, mas a pessoa está morrendo, aí eu faço sem licitação e vou preso”, afirmou, ao reclamar da burocracia.

“Podem não votar em mim, mas estão reconhecendo meu trabalho”

“Eu estou no auge da minha vida pública, no ápice. Pensa em um homem feliz e realizado. Sou eu. Cada dia que exerço meu mandato, cada dia que entro nesse gabinete, eu só agradeço a Deus por essa oportunidade”. A declaração é do prefeito da Capital, Emanuel Pinheiro (MDB), ao portal MidiaNews. A disputa à reeleição, que para muitos é tida como certa, também esteve entre os assuntos da conversa com o prefeito. Mesmo adotando um discurso de que ainda não há qualquer definição nesse sentido, Emanuel deixa transparecer sua vontade em encarar novamente as urnas. No final do mês de julho, o Insitituto de Pesquisas e Opinião Pública divulgou aprovação de 70% dos cuiabanos à sua gestão.

